

Racismo, escravidão e capitalismo no Brasil: uma abordagem marxista*

de Wagner Miquéias Damasceno

Uma abordagem marxista de raça e classe sobre racismo, escravidão e capitalismo

A marxist approach to race and class on racism, slavery and capitalism

por Alex Sander da Silva**

A presente resenha pretende compartilhar uma leitura da obra do professor Wagner Miquéias Damasceno, bacharel em Museologia e também em Ciências Sociais; mestre em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade; doutor em Sociologia; atualmente professor no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; e militante do movimento negro e socialista.

O livro *Racismo, Escravidão e Capitalismo no Brasil*, apresentada inicialmente como tese de doutorado, se insere no cenário de uma intelectualidade negra jovem que busca na perspectiva marxiana e marxista uma referência teórico-metodológica e política no debate sobre as opressões, de modo particular, com as discussões na sua tese para mostrar os vínculos orgânicos entre racismo, escravidão e o capitalismo.

A obra se inicia com uma belíssima apresentação da professora doutora Claudia Alves Durans, docente do curso de Serviço Social da Universidade Federal

* Bauru-SP: Mireveja, 2022.

** Doutor em Educação. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Criciúma-SC, Brasil. Professor da Rede Pública Estadual do Estado de Santa Catarina. Militante do Coletivo Chega de Racismo. End. eletrônico: alexsanders@unesc.net ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0945-9075>

do Maranhão, e divide-se em quatro capítulos que congregam história, sociologia e filosofia política, economia a partir de um vasto arcabouço teórico-metodológico. Tendo como principal hipótese de trabalho, como afirmado, as conexões entre racismo, escravidão e capitalismo. Tudo isso articulando uma literatura marxiana e marxista, mas também em diálogo crítico com autores de fora dessa tradição.

O livro busca retomar a perspectiva marxista no debate sobre as opressões, em particular, do racismo em relação a escravidão negra e sua relação com o capitalismo brasileiro (Dias, 2029, p.92). Outro propósito do livro é denunciar e combater a ideologia da democracia racial, uma ideologia racista que visa explicar as diferenças étnico-raciais no Brasil, mas termina por ocultar os antagonismos étnico-raciais, seus determinantes e consequências.

Numa de suas teses defendidas no livro, Damasceno indica que o racismo é uma relação social que se apoia na concorrência capitalista. No primeiro capítulo o objetivo é analisar o surgimento da escravidão moderna, relacionando-a ao início da propriedade privada, fundamentalmente ligada ao trabalho e, portanto, distinta da escravidão antiga. A escravidão moderna ressurgiu para favorecer a acumulação primitiva do capital por meio do tráfico de pessoas do continente africano. E o processo de racialização das pessoas negras vem depois, quando a escravidão antiga, como relação social, já estava superada.

Segundo o autor

Podemos dizer que a escravidão, que era uma relação social historicamente superada em várias porções do mundo, ressurgiu a partir do final do século XV como consequência das exigências do capitalismo comercial, sobretudo, para desenvolver **a acumulação primitiva do capitalismo** (Damasceno, 2022, p. 26 – grifo nosso).

O que é acumulação primitiva do capitalismo? A essa ampliação das forças produtivas, por meio do consumo produtivo da mais-valia extraída do trabalho, Marx chama de acumulação. O processo de acumulação do capital significa, portanto, o uso ampliado de meios de produção e força de trabalho para a produção crescente de mercadorias.

Então a acumulação primitiva se configura a exploração precedente do capitalismo – a exploração no campo, a colonização e pilhagem nas américas e a escravidão são os pilares desta acumulação. Para Wagner, utilizando de uma argumentação d'O Capital de Marx, além desses pilares indicados, uma alavanca fundamental para a acumulação primitiva foi a dívida pública. (Damasceno, 2022, p. 26 e citação do Marx na p. 27).

No segundo capítulo o autor se posiciona de forma muito crítica em relação às ideologias racistas do século XIX, sobretudo a ideologia do branqueamento no Brasil, defendida por intelectuais como Silvio Romero, João Batista Lacerda,

Oliveira Vianna e Nina Rodrigues. Essa ideologia se deu principalmente a partir da abolição da escravidão, feita de forma a empurrar os negros para as margens da sociedade, mantendo-os em condições de extrema pobreza. Tal ideologia foi reforçada por outra analisada como fruto do abolicionismo de Joaquim Nabuco e reconstituída no livro de Gilberto Freyre, que foi a chamada democracia racial.

No terceiro capítulo “Raça e Trabalho”, de forma ensaística, o autor revisita os dados estatísticos do censo sobre a população brasileira e analisa a inserção dos trabalhadores negros no mercado de trabalho contemporâneo. Por fim, no capítulo quatro, o livro traz o debate sobre a contribuição e relevância do marxismo para a questão racial. Retoma as elaborações de Marx e Engels sobre a questão irlandesa, sobre a guerra civil americana e abolição da escravidão. Também apresenta as principais contribuições de Lenin e Trotsky sobre a questão racial.

Para o professor Wagner Damasceno, vivemos em uma sociedade marcadamente racista, cujas manifestações se dão de diversas formas de preconceitos, de discriminações e muitos outros abusos inconcebíveis. Mas a maior manifestação se dá na forma de exploração do capitalismo. O capitalismo é um sistema racista por excelência. Portanto, os vínculos entre o racismo e o capitalismo deve ser compreendido desde sua origem, sobretudo no processo de escravização de negros e negras sequestrados do continente africano para os trabalhos forçados no continente europeu e nas américas.

A partir das análises do livro, podemos entender porque algumas tradições e correntes intelectuais estufam o peito e dizem que hoje não é necessário falar em racismo e que só a superação do sistema capitalista já seria suficiente para resolver o problema do racismo na sociedade contemporânea. E falam que raça não existe, que hoje já entendemos que somente existe a “raça humana” e seria mais conveniente falar em “etnias”, a respeito da diversidade étnica.

Atualmente, o conceito de raça, quando aplicado à humanidade, causa inúmeras polêmicas, porque a área biológica comprovou que as diferenças genéticas entre os seres humanos são mínimas; por isso não se admite mais que a concepção que a humanidade seja constituída por raças (Silva, 2022). No entanto na década de 1970, o Movimento Negro Unificado e os teóricos que defendiam na luta contra o racismo, ressignificaram o conceito de raça, admitindo-a como uma construção social forjada nas tensas relações entre brancos, negros e indígenas.

O termo raça usado nesse contexto tem uma conotação política, e é utilizado com frequência nas relações sociais brasileiras para informar como determinadas características físicas, como cor da pele, tipo de cabelo, dentre outras, influenciam, interferem e até mesmo determinam o destino e o lugar social dos sujeitos no interior da sociedade brasileira. O conceito de raça ao ser usado com conotação política permite, por exemplo, aos negros valorizar a característica que difere das outras populações e romper com as teorias raciais que foram formuladas no século XIX e até hoje permeia o imaginário popular.

Já o termo étnico/etnia é geralmente associado aos aspectos socioculturais, que pouco aprofunda as desigualdades raciais. Caracterizam mais a raiz cultural plantada na ancestralidade dos mais diversos grupos, que se diferem na visão de mundo, nos valores e princípios de sua origem indígena, europeia, africana, ou asiática.

O racismo é também uma questão de classe e tem sido assim há séculos. As consequências desta nefasta combinação já não é novidade: marginalização em todos aspectos da vida social (da escola à mídia; do local de trabalho à moradia); transformação de nossas crianças em vítimas em potencial da violência e da prostituição; segregação e humilhações sem-fim. Contudo, mesmo diante desta realidade, há quem defenda que existe alguma possibilidade de a mesma burguesia que se encontra à frente das políticas que incentivam o racismo, tome alguma iniciativa para reduzir seus efeitos ou até mesmo eliminá-lo.

Para estes setores, onde se encontra certa intelectualidade e militância negra, é possível que alguns negros e negras até sejam “incluídos” no sistema capitalista por meio de mudanças na legislação trabalhista e na constituição (Durans, 2021). Pode-se, como pretendem os adeptos desta ilusão, tornar-se “cidadão”. Isso é, no mínimo, alimentar uma ilusão que nada tem a ver com a realidade, pois não é verdade que somos simplesmente “excluídos” pelo sistema capitalista. Ao contrário. Na lógica da burguesia, negros e negras estão “incluídos” nesta sociedade de uma forma bastante específica: permanentemente “marginalizados, desempregados crônicos, exército de mão-de-obra barata”.

Na visão de Damasceno, um programa e uma discussão específicos para negros e negras coloca-se no marco de um programa socialista. E mesmo a especificidade no tratamento da questão racial deve levar em consideração seu caráter intrinsecamente ligado à estrutura de classe da sociedade capitalista, como também a utilização que o capitalismo faz das diferenças raciais para super-explorar e oprimir enormes setores. Assim, o racismo e todas as formas de preconceito e discriminação – racial, de gênero, por orientação sexual etc. – só poderão ser totalmente eliminados nos marcos da construção da nova sociedade socialista.

Isto não significa que a questão racial seja secundária em relação às demais tarefas colocadas para os trabalhadores brasileiros no processo de construção do socialismo. Pelo contrário, a luta contra o racismo e a opressão, pela conquista da liberdade e da igualdade do povo negro em relação aos demais setores étnicos da população é parte essencial desde processo. E deve ser objeto de planejamento que compatibilize com as demais tarefas imediatas colocadas diante de nós.

Por essas e outras razões, reafirmamos com Wagner Damasceno que a luta contra o racismo só pode se dar por meio da organização de negros e negras em aliança com a classe operária, a juventude e todos os demais setores explorados e oprimidos da sociedade. Lutar contra o racismo é lutar também contra o sistema que dele se beneficia. Nossa luta não é pela tão alardeada “cidadania negra”,

defendida por muitos, mas sim pela real libertação de negros e negras no marco da luta de classes.

Sobre isso o livro, o autor ainda faz duras críticas a alguns intelectuais, que embora façam o diagnóstico da opressão capitalista sobre a população negra, o fazem de maneira superficial e não consequente. Por exemplo, no capítulo três, intitulado “Raça e Trabalho”, o autor vai desvelando que não basta defender uma postura antirracista sem defender uma posição também anticapitalista.

De um modo geral, pode-se dizer que o livro do professor Wagner Damasceno orienta uma metodologia que busca romper com uma visão idealista ou ingênua do racismo na sociedade brasileira. E que quando adotamos uma abordagem marxista para analisar o problema da opressão racista, não significa que ignoraremos as questões subjetivas. Significa, isso sim, abarcar elementos concretos da história vivida por essa população, bem como suas estratégias de lutas e resistências em prol de um novo modelo social.

Referências

- DAMASCENO, Wagner Miquéias. *Racismo, escravidão e capitalismo no Brasil: uma abordagem marxista*. Bauru-SP: Mireveja, 2022.
- DIAS, Hertz da Conceição. Eles decidirão: o marxismo revolucionário e a questão negra. *Revista Marxismo Vivo*, n.13, p. 91-99, 2019.
- DURANS, Claudiceia, Alvez. *Políticas de raça e classe no Brasil: uma crítica marxista*. São Paulo: Editora Sundermann, 2021.
- SILVA, Alex Sander da. Um olhar de raça, classe e democracia para a educação em tempos difíceis. *Revista Poíesis*, Tubarão/SC, vol. 16, n. 29, p. 258-274, 2022.